

## A REGULAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

### Autor(es)

Cintia Batista Pereira  
Aderbal Junio Lopes Costa  
Stace Liz Carneiro  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

A Inteligência Artificial (IA) tem transformado diversas áreas, incluindo o direito, trazendo novos desafios e oportunidades. O Brasil ainda está em processo de regulamentação sobre o uso de IA, e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) já trata de aspectos de proteção de dados pessoais relacionados ao uso dessas tecnologias. Além disso, o PL 21/2020 busca estabelecer uma regulamentação específica para o uso de IA, tratando de princípios éticos e da responsabilidade sobre suas decisões. Este trabalho analisa as atuais discussões sobre o uso de IA no Brasil e a necessidade de uma regulamentação que contemple aspectos éticos, sociais e jurídicos.

### Objetivo

Analizar a regulamentação do uso de Inteligência Artificial no Brasil, com ênfase nas questões éticas e de proteção de dados pessoais.

### Material e Métodos

A pesquisa desenvolvida possui natureza qualitativa, com ênfase na análise crítica e interpretativa da Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como do Projeto de Lei nº 21/2020, que visa estabelecer fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da Inteligência Artificial no Brasil. Para subsidiar a investigação, foram utilizadas fontes secundárias, como livros, artigos científicos, pareceres jurídicos e publicações acadêmicas especializadas nos campos da inteligência artificial, proteção de dados e direito digital. A metodologia adotada priorizou a reflexão sobre os impactos da IA nos direitos fundamentais, com especial atenção às decisões judiciais e manifestações doutrinárias que abordam os riscos, desafios e oportunidades advindos da utilização de sistemas automatizados. O estudo buscou compreender como o ordenamento jurídico brasileiro tem respondido às transformações tecnológicas à luz da dignidade da pessoa humana.

### Resultados e Discussão

O artigo 20 da Lei nº 13.709/2018 — a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) — garante aos titulares

de dados o direito à revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado, incluindo aquelas que afetam seus interesses de forma significativa, como decisões relacionadas a crédito, contratação ou acesso a serviços. Tal dispositivo estabelece um importante limite ético e jurídico à atuação de sistemas baseados em inteligência artificial, exigindo mecanismos de revisão humana e maior transparência nos processos automatizados. Em consonância com essa preocupação, o Projeto de Lei nº 21/2020, que busca regulamentar a Inteligência Artificial no Brasil, também destaca a importância da transparência algorítmica e da explicabilidade das decisões tomadas por sistemas automatizados. Contudo, o referido projeto enfrenta importantes desafios normativos.

### Conclusão

A regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil ainda se encontra em estágio embrionário, com propostas legislativas em discussão, como o PL 21/2020. No entanto, é imprescindível que o ordenamento jurídico brasileiro evolua de forma célere e eficaz, acompanhando o ritmo acelerado da inovação tecnológica. Essa atualização normativa é essencial para assegurar a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos, promovendo segurança jurídica, ética e responsabilidade no uso da IA.

### Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

BRASIL. PL nº 21/2020. Projeto de Lei sobre Inteligência Artificial.

SANTOS, Luciana. Direitos Humanos e Inteligência Artificial: Desafios Éticos. São Paulo: Atlas, 2023.

MARTINS, Eduardo. A Regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil. Curitiba: Juruá, 2024.